

OPINIÕES DE EDUCADORES DE INFÂNCIA DE CASTELO BRANCO FACE À AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Maria José Infante Pereira *

RESUMO

A avaliação é, hoje, uma das questões mais discutidas em educação.

Apesar da sua reconhecida importância na renovação das práticas educativas é, no entanto, uma temática pouco reflectida pelos profissionais de educação de infância.

Dadas as características específicas do contexto pré-escolar, torna-se particularmente relevante, para os educadores, ao estruturarem o seu quotidiano pedagógico, repensarem a avaliação não só como uma técnica, mas também como uma atitude.

Com esta pesquisa pretende-se contribuir para a obtenção de informação relativa à avaliação no referido contexto. A nível metodológico optou-se pela entrevista a duas educadoras de infância no sentido de auscultar as suas opiniões. A análise de resultados permitiu-nos identificar, a título exploratório, algumas ideias fundamentais, designadamente: i) Concepção e Objectivos; ii) Áreas a avaliar; iii) Técnicas e Instrumentos e iv) O papel da observação.

I - INTRODUÇÃO

Os sistemas de ensino dos países industrializados viram operar-se um amplo conjunto de transformações nos últimos anos. A escola deixou de ser privilégio de alguns, para se tornar uma escola massificada. Esta grande modificação abalou o sistema instaurado e os países sentiram a necessidade de reformular toda a estrutura escolar. No contexto português, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 1986) permitiu um novo enquadramento geral do sistema educativo.

A Educação Pré-Escolar surge, neste contexto de universalização escolar sugerida pelo *Relatório Faure* e é consagrada, nos anos 70, pela Reforma Veiga Simão. Em 1973, o Estado assume o encargo de participar na formação de Educadores de Infância e cria as Escolas Normais de Educadores de Infância (Vasconcelos, 1990). Na sequência desta medida, foi criado, através da Lei nº 5/77, de 1 de Fevereiro, o Sistema Público de Educação Pré-Escolar, visando a cobertura pré-escolar de crianças dos 3 aos 6 anos de idade, em regime gratuito e facultativo. Os objectivos que subjazem à criação do sistema público de Educação Pré-Escolar, em 1977, são reconfirmados, em 1986, pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Fundamentalmente, a Educação Pré-Escolar visa o desenvolvimento integral da criança, nas áreas afectiva, social, intelectual, moral e de saúde, bem como o despiste de inadaptações, deficiências e precocidades (Pires, 1987).

Cabe ao Educador a elaboração do projecto anual de trabalho (programa anual), a ser discutido, em grupo, em reuniões concelhias periódicas, sendo a sua operacionalização acompanhada pela Coordenação da Área Educativa (CAE) e pela Inspeção Geral de Educação (IGE). A construção deste currículo é tarefa complexa e não uma mera listagem de objectivos,

* Escola Superior de Educação de Castelo Branco

actividades e conteúdos a desenvolver. Este projecto deve prever toda uma contextualização da acção delineada *à priori* e pressupôr momentos de reflexão/avaliação que permitam, a todo o momento, repensar, reformular e regular estratégias para que se constitua uma acção educativa dinâmica. Assumir como válida esta forma de agir na Educação Pré-Escolar é partir do pressuposto de que, a par de um projecto de acção, deve sempre existir um projecto de avaliação.

Esta liberdade, na construção do currículo, norteadas por uma grande responsabilidade e um profundo conhecimento das características do grupo e do meio envolvente, permitirá, ao Educador, «correr riscos, sair da norma, sem nenhuma certeza de ter razão ou chegar a resultados visíveis» (Ferraz, M. J., Carvalho, A., Dantas, C., Cavaco, H., Barbosa, J., Tourais, L. e Neves, N., sem data). Na Educação Pré-Escolar, mais do que em qualquer outro nível, «...não há receitas. Cada um tem que construir o seu próprio sistema de diferenciação» (Ferraz *et al.*, s/data). O diálogo com outros profissionais, a aposta na formação contínua numa perspectiva de questionamento constante (reflexivo) poderão ser estratégias para que o Educador encontre *feed-back* sobre a adequação das suas propostas educativas, permitindo-lhe uma gestão mais segura das mesmas. Assim, a Educação Pré-Escolar tornar-se-á, cada vez mais, promotora do desenvolvimento integral das crianças e do seu sucesso escolar posterior, se adoptar práticas avaliativas capazes de regular o seu próprio sistema. Nunziati afirma mesmo que «a reforma educativa ou se faz pela avaliação ou não se fará» (Ferraz *et al.*, s/data). O sistema de avaliação terá de ter coerência com o modelo de escola preconizado pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Partilhando a ideia de Lemos, V. V., Neves, A., Campos, C., Conceição, J. M., Alaíz, V., poderíamos assim dizer que esse sistema de avaliação deve: i) promover a igualdade de oportunidades; ii) promover o sucesso; iii) ser contínuo e positivo; iv) ser correctivo e compensatório, isto é, que permita recuperar crianças em anormal desenvolvimento; v) não sobrepôr razões administrativas ou outras razões pedagógicas no acompanhamento da progressão do desenvolvimento das crianças; vi) promover a participação de todos os elementos da comunidade educativa na definição dos percursos de acção. (Lemos, *et al.*, 1992: 15, adaptado).

O facto de a educação pré-escolar ser caracterizada por práticas pedagógicas mais informais não invalida que o planeamento da acção pedagógica seja um acto isento de seriedade e rigor. Reconhecer a importância da avaliação na educação pré-escolar é, hoje, uma atitude positiva na elaboração de projectos direccionados para se autoconstituírem em algo que Barbier (1993: 25) designa por «círculos de qualidade».

1 - Formulação do Problema

A inexistência de um currículo standartizado, a nível nacional, as características em constante mutação das crianças em idade Pré-Escolar e o facto de o sistema se designar *pré-escolar*, constituem alguns dos aspectos que podem contribuir para a concepção de que na Educação Pré-Escolar não há Avaliação (imperando, aqui, um conceito tradicional de avaliação, sinónimo de classificação quantitativa). Em face deste panorama, levar os Educadores a reflectir sobre “o que é a avaliação”, reportando-se ao seu contexto profissional e auscultar as suas opiniões, parece ser um bom ponto de partida para a optimização das finalidades da Educação Pré-Escolar.

2 - Características do Estudo

O presente estudo foi desenvolvido com a finalidade de auscultar a opinião dos Educadores de Infância face à avaliação na Educação Pré-Escolar. A pesquisa, inserida no quadro dos estudos exploratórios, pretendeu uma visão geral do tema, que julgámos pouco conhecido e explorado.

Pretende-se, em última análise, precisar os contornos da problemática apresentada passível de investigações futuras através de procedimentos mais sistematizados.

3 - Objectivos do Estudo

Os objectivos definidos, para a pesquisa, foram os seguintes:

Conhecer as opiniões de Educadores de Infância de Castelo Branco quanto aos pressupostos/princípios orientadores da Educação Pré-Escolar;

Identificar os princípios que enformam a sua prática;

Auscultar as suas opiniões face à avaliação na Educação Pré-Escolar.

4 - Questões de Investigação

Esta investigação foi conduzida para dar resposta às seguintes questões:

Questão 1 - Que opinião manifestam os Educadores de Infância de Castelo Branco, quanto aos pressupostos/princípios orientadores da Educação Pré-Escolar?

Questão 2 - Quais os princípios que enformam a sua prática?

Questão 3 - Quais as suas opiniões face à avaliação na Educação Pré-Escolar, relativamente a:

1 - Concepção de avaliação;

2 - Objectivos da avaliação;

3 - Áreas a avaliar;

4 - Técnicas e instrumentos de avaliação;

4.1 - O papel da observação?

5 - Limitações do Estudo

O âmbito deste trabalho foi, desde o início, norteado por intenções de rigor científico, com desenvolvimento de uma metodologia de trabalho característica de investigação em Educação. Surgiram, no entanto, alguns constrangimentos no decurso da sua elaboração, designadamente:

- a escassa literatura na temática abordada, sobretudo no que respeita à realidade portuguesa;

- as limitações de ordem temporal;
- a amostra não representativa.

Decorrente destas limitações, do tipo de pesquisa realizada e de outros constrangimentos não identificados, não se tornará possível generalizar resultados.

II - REVISÃO DA LITERATURA

A avaliação faz parte de todo o processo educativo, constituindo uma das suas dimensões fundamentais. No entanto, é um tema pouco focado na literatura especializada da Educação Infantil. Este facto deve-se a uma ideia generalizada de que não tem sentido avaliar crianças desta idade ou produzir informações sobre elas. A avaliação no Pré-Escolar tem um sentido de «suministrador de información sobre cómo van yendo las cosas en el aula tanto en lo que se refiere a la marcha general del proyecto educativo como a la dinámica general del grupo de alumnos (...) y al proceso que cada niño va siguiendo...» (Zabalza, 1987: 244). Avaliar, na Educação Pré-Escolar, deve entender-se como «uma verificação e constatação do sistema no seu processo de desenvolvimento, segundo as exigências/objectivos propostos e tidos como “máximos”» (Ocaña, 1986) e ainda «... la evolución no es sino el reflejo de la concepción pedagógica que subyace al proceso educativo desarrollado» (Zabalza, 1987: 247). Dada a especificidade deste nível, a problemática da avaliação reveste-se ainda de maiores constrangimentos. Para tal, concorrem factores como: o conhecimento pouco profundo da forma como se articulam as teorias do desenvolvimento; a grande variedade de contextos sócio-culturais em presença e a finalidade de nivelamento social, função compensatória da Educação Pré-Escolar; características dinâmicas das crianças dos 3 aos 6 anos de idade que implicam uma planificação do trabalho com característica dominante de flexibilidade e as dificuldades metodológicas inerentes ao próprio processo de avaliar.

Zabalza (1987: 248, 249) indica-nos duas modalidades de avaliação características na Educação Pré-Escolar. A primeira, que designa por avaliação sumativa, quando averiguamos se as crianças progrediram na medida que tínhamos pensado à partida; isto é, se os objectivos para o desenvolvimento da criança foram atingidos, - «control de resultados obtenidos al final de un período concreto». Na segunda modalidade, o foco situa-se na necessidade de detectarmos o “porquê” das situações, sabermos que outras estratégias devemos imprimir ao processo para melhorar a qualidade do mesmo; os dados são tidos em conta para adaptar o processo consoante as necessidades das crianças. A avaliação sumativa «es el final de un proceso»; a avaliação formativa «es el comienzo» (Zabalza, 1987: 249).

As teorias evolutivas mais actuais (Piaget, Sattler) põem em evidência que a criança evolui através da interacção que estabelece com o meio. O indivíduo é, hoje, o protagonista do seu próprio processo de construção. Encarada deste modo, a avaliação é tida como um requisito de racionalidade, imprescindível na verificação: dos estímulos de âmbito ecológico, social e cultural; da eficácia das acções educativas e do estágio em que a criança se encontra para avaliar as suas “respostas” em função de um “pattern”. Avaliar é, assim, verificar a adequação da acção educativa face às necessidades do indivíduo, numa perspectiva multidimensional, sequencial e pontual, privilegiando como técnica a observação (Gómez, 1986).

Para que o processo de avaliação na Educação Pré-Escolar tenha validade e fiabilidade é necessário cumprirem-se alguns requisitos. Assim, torna-se prioritário reflectir sobre: i) O nível pouco elaborado da linguagem característico desta faixa etária leva a avaliações de

respostas sensório-motoras mais visíveis, que obrigam a interpretações, nem sempre fáceis, dos processos cognitivos que as sustentam ou possibilitam; ii) Necessidade de definir, *à priori*, as áreas, dimensões a avaliar; iii) Tendência para rotular comportamentos desvinculados das suas interrelações, podendo cair-se no erro de sobrevalorizar áreas em detrimento de outras.

As técnicas de avaliação requerem uma aplicação individualizada e em pequenos grupos. O baixo nível de auto-domínio da criança leva a que se tenham que encontrar uma série de medidas para captar o seu interesse e motivá-la a realizar a tarefa de avaliação proposta; a sua não-adesão afectaria negativamente os dados. A exigência de integrar múltiplas dimensões, agentes educativos, situações e contextos torna a avaliação, no Pré-Escolar, mais difícil, em matéria de tempo, do que em idades mais avançadas. Sem avaliação, a acção do educador torna-se rotineira, ineficaz e não promotora do desenvolvimento da criança.

Em função dos sectores a avaliar podemos estabelecer, segundo Pascual (1986), os seguintes paradigmas:

1) *Ecológico* - relação do nível cognitivo com as condições do ambiente. O objectivo é permitir que o ambiente possibilite um leque de experiências para que o indivíduo se desenvolva plenamente;

2) *Neurofisiológico* - recurso a provas clínicas, estratégias indirectas com perguntas sobre a sua actividade e também a testes standartizados para avaliar o nível de maturação alcançado pelo seu organismo;

3) *Transaccional* - tendo em conta que há uma interacção entre o ambiente e a criança, estabelecendo um determinismo recíproco e contínuo;

4) *Processamento de informação* - modo como se perceberam os estímulos externos e as relações que determinaram as respostas aos mesmos.

Ainda na opinião da mesma autora, estes modelos podem referir-se a diversos tipos de intervenção, a saber: *Evolutiva* (com ênfase nos princípios maturacionistas); *Conductista* (com ênfase na estruturação de métodos didáticos e de intervenção); *Interaccionista cognitiva* (direccionada para a construção do pensamento infantil, enfatizando aspectos contextualizados, transaccionais e sociais) e *Psiquiátrica* (quando o foco está no combate a "distúrbios individuais").

A distinção entre avaliação da acção educativa e avaliação do sujeito é difícil de estabelecer, dado que ambas prevêm a avaliação do desempenho da criança. Poderíamos, assim, falar de dois tipos de avaliação: instrucional (referida aos objectivos educacionais) e avaliação de desempenho (referida às acções e competências da criança). A ausência de uma adequada definição das áreas a ter em conta impede, por sua vez, que se estabeleçam relações entre elas, oscilando, assim, a avaliação entre duas alternativas: a adaptação inadequada de instrumentos usados para avaliar crianças mais velhas ou referir-se a comportamentos concretos, avaliando-se *performances* que dificilmente são representativas da organização psíquica dos sujeitos, ignorando qual a área que mais lhes deu forma.

Pascual (1986) apresenta-nos um conjunto de características de uma "boa" avaliação, designadamente: espontaneidade, simplicidade (ao definir as interacções complexas), parcimónia (recolher um grande número de informações de forma sintética), objectividade e fiabilidade (possibilidade de réplica), adequação de procedimentos, naturalismo (avaliar o mais directamente possível) e metodologia simples e rápida. Os procedimentos a usar na avaliação do Pré-Escolar são "todos" os usados para outras idades e níveis de ensino: entrevistas,

observação, técnicas projectivas, testes de *performance*, testes de Q.I., execução de tarefas, questionários, escalas e portfólios. Na Educação Pré-Escolar são frequentemente utilizadas estratégias de avaliação preventiva, acreditando que é preferível evitar os problemas a ter que tratar das suas consequências. No entanto, não devem ser considerados alguns diagnósticos quando se faz uma avaliação parcial e descontextualizada.

Quanto mais novo é o sujeito, maior importância assume o factor idade, na avaliação. O desenvolvimento da criança é muito acelerado e as diferenças entre habilidades podem ser muito grandes, num curto espaço de tempo. Com o aumento da idade, a variabilidade temporal decresce. Este aspecto torna difícil o diagnóstico precoce.

Voisin (1843, Paris) referido por Pascual (1986) utiliza a primeira escala com uso do critério avaliativo de conduta adaptativa (capacidade de o indivíduo responder às exigências do ambiente natural e social). A "avaliação precoce" tem um carácter marcadamente preventivo, orientado para a acção imediata com objectivos específicos de actuação sobre os factores de risco. Estudos "follow up" permitem concluir que, por vezes, não se consegue otimizar substancialmente atitudes mas, pelo menos, evita-se que as capacidades afectadas diminuam ainda mais. Os argumentos anteriores vêm confirmar o preconizado por Piaget, quando afirma que a acção educativa, no período sensório-motor prepara para posterior desenvolvimento, ainda que os seus efeitos só possam ser observados na escolaridade básica. Esta avaliação preventiva deverá situar-se nas seguintes áreas: linguagem (dificuldade de memorização, aprendizagem informal, imitação); atenção (e a sua relação com hiperactividade e impulsividade); conduta (a forma como age em função da estrutura do meio em que se encontra inserido); falta de atractivos ou motivação. Rutter (1972) referido por Pascual (1986) fala em «psicopatia de falta de afecto»; ansiedade e *stress* (medos, traumas, distúrbios do sono, capacidade emotiva) e dependências (chupar no dedo - chupeta - embalar, falta de controlo dos esfínteres) e a sua relação com a auto-estima da criança.

Do conjunto de técnicas disponíveis para avaliar, a observação é, sem dúvida, a "técnica por excelência" no que se refere à Educação Pré-Escolar, por ser a que melhor se adapta às suas características. Como se refere no «Programme d'éducation préscolaire», a observação é um dos «moyens privilégiés pour mieux connaître l'enfant et ainsi faciliter l'actualisation du programme à travers l'évaluation et l'intervention éducative» (Ministère de l'Éducation, 1982: 7). Não obstante a vantagem que o educador tem de poder observar a criança num *continuum*, existem dificuldades na realização de uma observação estruturada; o Educador funciona, simultaneamente, como observador e actor, tendo por vezes dificuldade em se distanciar e registar. Este duplo papel permite-lhe fazer, com relativa facilidade, observações ocasionais (episódicas) e dificulta-o na realização de observações sistemáticas (em que existe uma sequência de acontecimentos relacionados entre si). Para atenuar estas dificuldades, o Educador deve preocupar-se em criar instrumentos que facilitem essa tarefa, tornando-a mais funcional e rigorosa.

Os instrumentos mais utilizados para avaliar, no Pré-Escolar, são: fichas biográficas, registo de observação ocasional ou sistemática, listas de verificação, testes (mais ligados ao despiste de deficiências, para confirmar dados recolhidos através de outras técnicas), registos de incidentes críticos, escalas de atitudes, mapas descritivos (dos pais, das crianças, de especialistas, de outros membros da comunidade científica), psicodrama, entrevistas e "portfólios".

III - METODOLOGIA

1 - Delineamento do Estudo

Tendo em conta os objectivos do estudo e as questões a que se propunha dar resposta, optou-se pela realização de duas entrevistas a duas Educadoras de Infância de Castelo Branco. Os dados recolhidos foram tratados através da análise de conteúdo.

2 - Sujeitos da Investigação

Participaram neste estudo duas Educadoras de Infância de Castelo Branco, escolhidas de entre os Educadores Cooperantes na Formação Inicial de Educadores de Infância da Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

3 - Elaboração do Instrumento de Recolha de Dados

3.1 - Entrevista

A fim de dar resposta às questões do estudo, optámos pela realização de 2 entrevistas, a Educadores de Infância de Castelo Branco, por nos parecer ser este o melhor processo, para que o indivíduo exprima as suas experiências e opiniões. Fox recomenda a utilização da entrevista quando se deseja «hacer preguntas al nivel consciente y quiere utilizar la interacción personal» (Fox, 1981: 605). Esta técnica permitiu-nos, por um lado, obter informação sobre o real e, por outro, pudemos «conhecer algo dos quadros conceptuais dos emissores dessa informação, enquanto elementos constituintes desse processo» (Estrela, 1986: 67).

No caso presente, a entrevista de tipo semi-directivo pressupôs uma interacção entre entrevistador-entrevistado em que o entrevistador teve em atenção os passos recomendados para a sua realização, orientando-se por um guião - «esquema da entrevista (grelha de temas, p. ex.)» - (Ghiglione e Matalon, 1993: 92).

No entender de Fox (1981: 607), «el guión de entrevista sirve como recordatorio para el entrevistador de los temas que hay a tratar. Aunque enumere preguntas concretas, el entrevistador no está limitado a esse lista y tiene libertad para hacer preguntas complementarias, para repetir otras y para dar rodeos que prometan dar una información útil para los propósitos de la investigación...»

Para a elaboração dos tópicos do guião tivemos em linha de conta os conceitos ou princípios referidos na Revisão da Literatura, bem todo o nosso conjunto de referências empíricas sobre a temática. Foram considerados os mesmos temas geradores-indutores, previamente definidos nas questões de investigação.:

- opiniões quanto aos pressupostos da Educação Pré-Escolar;
- identificação dos princípios que enformam a prática;
- opiniões face à avaliação na Educação Pré-Escolar, em diversos domínios.

A inclusão dos dois primeiros temas (não específicos da avaliação) pretendeu que os Educadores falassem da avaliação de uma forma contextualizada na sua prática e na sua filosofia de Educação Pré-Escolar.

Das entrevistas realizadas foi obtido registo audio a que se seguiu a passagem a protocolo (escrito).

4 - Organização e Análise dos Dados

Para analisarmos os dados de opinião, recolhidos através da entrevista semi-directiva, utilizámos a técnica de análise de conteúdo.

Das múltiplas concepções desta técnica (Berelson, 1952; Krippendorff, 1980, citados por Vala, 1986; Pourtois, 1980 e Bardin, 1979), foi-nos permitido utilizá-la como técnica "mista", isto é, que nos permitiu descrever, classificar e analisar a comunicação produzida. Como refere Bardin, a análise de conteúdo é «um conjunto de técnicas de análise da comunicação, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos (ou não) que permitam a influência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens» (Bardin, 1979: 42).

Dentro do conteúdo das respostas foram encontradas algumas categorias organizadas em torno da lógica «pertinência para a pergunta realizada».

IV - ANÁLISE DE RESULTADOS

1. Os Resultados da Entrevista

A análise de conteúdo das entrevistas permitiu o agrupamento dos dados em três categorias: *Categoria 1* - Pressupostos subjacentes à Educação Pré-Escolar; *Categoria 2* - Princípios que enformam a Prática; *Categoria 3* - Opiniões face à Avaliação na Educação Pré-Escolar.

Esta categoria foi subdividida em quatro sub-categorias:

- Concepção de Avaliação/ Objectivos da Avaliação;
- Áreas a avaliar;
- Técnicas e Instrumentos;
- Papel da Observação.

Os dados obtidos são apresentados de acordo com a grade de análise de conteúdo utilizada.

1.1 - Pressupostos subjacentes à Educação Pré-Escolar

Da leitura dos dados recolhidos foi-nos permitido concluir que as entrevistadas partilham uma concepção de Educação Pré-Escolar que se prende, fundamentalmente, com o desenvolvimento pleno da criança e sua integração na sociedade. Detectaram-se, contudo, nas suas opiniões, características específicas que defendem como pressupostos para a Educação Pré-Escolar. Assim, uma das entrevistadas atribui à Educação Pré-Escolar a função de ajudar os pais a despistar precocemente inadaptações das crianças e na necessidade de Pré-Escolas e famílias se unirem em torno de um projecto comum - preparar a criança para a vida. Não excluindo estas funções, a segunda entrevistada apresenta-nos como pressuposto essencial, para o Pré-Escolar, a aquisição de pré-requisitos para a escolaridade futura e a promoção da autonomia da criança.

1.2 - Princípios que enformam a prática

Relativamente a este aspecto, as entrevistadas reafirmaram as posições anteriores, afirmando como base de trabalho, o desenvolvimento pleno da criança e a sua integração na sociedade. Não obstante as dificuldades inerentes à prática, decorrentes dos contextos em que estão inseridas, focaram a necessidade do trabalho com os pais (para troca de informações e esclarecimento), a motivação das crianças para o trabalho de grupo, sentimentos de partilha e respeito pelo outro e ainda à educação para os valores (área que apontam como deficitária, dado o ritmo de vida da família).

1.3 - Opiniões face à avaliação na Educação Pré-Escolar

1.3.1 - Concepção de avaliação / objectivos da avaliação

Relativamente à avaliação, as entrevistadas são unânimes ao referir que na Educação Pré-Escolar há uma avaliação constante das acções iniciais para melhorar as seguintes; remetemos, sistematicamente, para atitudes do educador como “repensar” e “reflectir”. Há, contudo, algumas diferenças de opinião; no primeiro caso, a educadora está mais preocupada com a avaliação que permite um diagnóstico capaz de gerar prognósticos eficazes - centra-se no processo. No segundo caso, há uma preocupação com o produto; ser capaz de atingir os objectivos a que se propuseram.

A avaliação tem, no entender das entrevistadas, como objectivos:

- Repensar as acções educativas;
- Mostrar trabalho dos Educadores de Infância (avaliação externa);
- Reflectir sobre o processo educativo;
- Diagnosticar situações;
- Ajudar a despistar inadaptações (das crianças, do sistema, do percurso profissional dos educadores);
- Melhorar estratégias futuras;
- Reorientar o currículo;
- Verificar periodicamente os resultados;
- Avaliar qualitativamente.

1.3.2 - Áreas a Avaliar

Não obstante a forma desinibida como se manifestaram sobre a temática, as entrevistadas mostraram alguma dificuldade relativamente a esta questão. Apesar da tentativa de conduzir o diálogo por forma a recolher mais dados (por isso a entrevista se caracterizou de semi-directiva), a informação obtida, neste ponto, foi escassa.

Assim, referiram-se à avaliação grupal, à sua própria avaliação, à avaliação individual (de cada criança) e, ainda, à avaliação externa, exercida pela coordenação/inspecção e direcção das instituições.

1.3.3 - Técnicas e Instrumentos

A observação foi apontada, pelas entrevistadas, como forma de recolher os dados que, posteriormente, registam em: cadernos (relatos, incidentes críticos, breves reflexões...), folhas de observação (mais pormenorizadas), trabalhos das crianças, relatórios, fichas de inscrição e listas de verificação (para todo o grupo).

1.3.4 - Papel da Observação

A observação foi insistentemente referida, ao longo das entrevistas, como característica fundamental do trabalho do Educador de Infância. É através da observação que o Educador é capaz de conhecer as crianças, a nível individual e de grupo. Apontam como dificuldade à sua realização (mais sistemática), o duplo papel do Educador como observador e actor da acção educativa.

V - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Através da avaliação de resultados é-nos possível estabelecer alguns paralelos entre as opiniões das educadoras entrevistadas e os pressupostos teóricos delineados na revisão da literatura. Dada a inexistência de bibliografia especializada em avaliação, no Pré-Escolar, em Portugal, e a falta de preparação dos profissionais, nesta área, consideramos que a prática avaliativa detectada é norteada por um saber intuitivo que carece, neste “tempo de avaliação”, de formação mais especializada. Pelas características inerentes ao processo, impera no Jardim de Infância um tipo de avaliação formativa que permite diferenciar acções educativas e integrar interesses (do currículo, das crianças, do educador e da comunidade educativa).

Avaliar no Pré-Escolar é, na opinião das entrevistadas, antes de mais, diagnosticar situações para construir estratégias futuras eficazes; perceber em que nível de desenvolvimento se encontram as crianças; “mostrar trabalho” para o exterior; dinamizar processos de inovação. O facto de nenhuma das entrevistadas ter mostrado aversão ao tema, apesar de logo caracterizarem a avaliação de “entendida noutro sentido”, “não à avaliação tradicional”, “até somos um bocado pioneiras em termos de avaliação”, leva-nos a concluir que a avaliação faz parte integrante da acção educativa no Pré-Escolar.

Do atrás exposto, fica-nos a convicção da importância da dinamização de acções de formação que permitissem ao educador estruturar o seu trabalho de forma mais rigorosa, nomeadamente no que respeita à utilização de instrumentos e técnicas de avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbier, J. M. (1993). *Elaboração de Projectos de Acção e Planificação*, Porto: Porto Editora.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Estrela, A. (1986). *Teoria e Prática de Observação de Classes - Uma Estratégia de Formação de Professores* (2ª Ed.). Lisboa: I.N.I.C.
- Ferraz, M.J., Carvalho, A., Dantas, C., Cavaco, H., Barbosa, J., Tourais, L., e Neves, N. (sem data). Avaliação criterial /avaliação normativa. In Instituto de Inovação Educacional (Ed.), *Pensar avaliação/melhorar a aprendizagem* (Folha A4). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Fox, D. J. (1981). *El Proceso de Investigación en Educación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A.
- Ghiglione, R., Matalon, B. (1993). *O Inquérito - Teoria e Prática* (2ª Ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gómez, C. (1986). Concepto y objetivos de la evaluación en Preescolar. In Santillana, S.A., *Enciclopedia de la Educación Preescolar, V. II Bases Teóricas*, Madrid: Santillana, S.A.
- Lemos, V., Neves, A., Campos, C., Conceição, J. M., Alaíz, V. (1992). *A nova avaliação da aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
- Ministère de l'Éducation (1982). *Guide pédagogique - Prèscolaire*. Québec: Ministère de l'Éducation
- Ocaña, C. (1986). Concepto y objetivos de la evaluación en Preescolar. In Santillana, S.A., *Enciclopedia de la Educación Preescolar, V. II Bases Teóricas*, Madrid: Santillana, S.A.
- Pascual, M. D. P. (1986). La observación en Preescolar. In Santillana, S.A., *Enciclopedia de la Educación Preescolar, V. II Bases Teóricas*, Madrid: Santillana, S.A.
- Pires, E. L. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo - apresentação e comentários*. Porto: Edições ASA
- Pourtois, J. (1980). *Essai d'évaluation: formation pluri-referenciée et assistée de mères à l'évaluation familiale*. Communication prononcé lors du XXXème Colloque de l'AIPELF, Université de Toulouse-le-Mirail
- Vala, J. (1986). Análise de conteúdos, In Silva, A. S., Pinto, J. M., (org.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento
- Vasconcelos, T. (1990). *Situação da Educação Infantil nos Estados Membros da C.E.E.*, Lisboa: GEP
- Zabalza, M. A.. (1987). *Áreas, medios y evaluación en la educación infantil*. Madrid: Narcea.